

**Jornalismo, educação superior e práticas
profissionais: a formação de jovens
jornalistas no contexto das novas
tecnologias e relações de trabalho**

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



Journalism, higher education and
professional practices: the training of young
journalists in the context of new technologies
and working relationships

ANTÔNIO FRANCISCO MAGNONI¹

ALINE CRISTINA CAMARGO²

RESUMO

É evidente que a crise dos meios reflete no exercício e também na formação das várias funções laborais das atividades de comunicação social. Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca da realidade da formação de jovens jornalistas no contexto da centralidade das tecnologias de informação e comunicação, bem como das novas diretrizes curriculares e no contexto do direito à informação, considerando as políticas públicas de comunicação como ações para o desenvolvimento social. Destaca-se a necessidade de adoção de conceitos e de tecnologias contemporâneas para a formação profissional com ênfase na cultura de convergência e na apropriação social das plataformas do ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Matriz curricular. Práticas pedagógicas. Projeto político-pedagógico.

ABSTRACT

It is evident that media crisis reflects in the practice and also in the formation of the various labor functions of the activities of social communication. This article aims to propose a reflection on the reality of the training of young journalists in the context of the centrality of information and communication technologies, as well as new curricular guidelines and in the context of the right to information, considering public communication policies as actions for social development. It is necessary to adopt contemporary concepts and technologies for professional training with emphasis on the culture of convergence and the social appropriation of cyberspace platforms.

KEYWORDS

Journalism. Curriculum. Pedagogical practices. Political-pedagogical project.

Recebido em: 08/03/2018. Aceito em: 09/06/2018.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade de Bauru (UB). Professor do Departamento de Comunicação Social da UNESP. Email: dino@lecotec.org. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5884461869811166>.

² Doutoranda em Mídia e Tecnologia, mestra em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora bolsista do Departamento de Comunicação Social da UNESP. Email: alinecamargo20@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7340783113175141>.

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho

A secular presença dos meios de comunicação de massa nas sociedades modernas tem interferido em muitos aspectos perceptíveis, e também nos traços subjetivos das culturas contemporâneas. As ações midiáticas estão diretamente refletidas nas diversas conformações sociais da denominada opinião pública, expressa pela difusão de informações úteis e críticas, e também por conceitos ideológicos. A presença contínua da comunicação de massa nos espaços sociais da atualidade provoca alterações na construção de valores individuais e coletivos, sejam momentâneos ou mais duradouros, que atuam como parâmetros vitais para a formação de cidadãos conscientes ou alienados, com índoles democráticas ou autoritárias. Neste sentido, Maia (2006, p. 15) argumenta que “a grande maioria das informações de que os cidadãos comuns necessitam para tomar decisões e agir na esfera política articula-se, de modo rotineiro, com os meios de comunicação.”

Neste mesmo cenário, dados divulgados pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) em 2016 revelam que 58% dos brasileiros têm acesso à internet, seguindo a tendência mundial de aumento anual da abrangência dos canais e dos recursos de comunicação do ciberespaço (BRASIL, 2016). Rogers e Malhotra (2000, p. 20) afirmam que o número de usuários de internet dobrou a cada ano durante a década de 1990, “uma taxa extremamente rápida de adoção, talvez uma das mais rápidas taxas de difusão para qualquer inovação na história da humanidade.”

A pesquisa (BRASIL, 2016) indica a internet como a segunda principal plataforma de consumo de notícias no país. Segundo o relatório *Consumo de notícias do brasileiro*, produzido em parceria entre a Advice Comunicação Corporativa e a BonusQuest, 78% dos respondentes utilizam as redes sociais para se informar. O *Facebook* foi citado por mais de 60% dos respondentes como a mídia social digital usada para receber e compartilhar notícias. Entre os mais jovens, os dispositivos móveis destacam-se como principal meio de acesso à internet.

Neste sentido, e no contexto do direito à informação, considerando as políticas públicas de comunicação como ações para o desenvolvimento social, este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre o papel da universidade na formação político-cidadã de jovens jornalistas, especificamente considerando o

curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Bauru.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Comunicação e democracia

O direito à informação é um preceito central no debate sobre a transparência das ações, dos dados e fatos da administração pública em regimes liberais-democráticos e representa um instrumento imprescindível de promoção das liberdades e garantias sociais para todos os extratos de uma população, além de assegurar a formação de cidadãos críticos e participantes. O direito à informação é particularmente relevante para assegurar o acesso aos outros direitos referentes à cidadania, uma vez que informação é a base primária do conhecimento, da interpretação, do diálogo e da tomada de decisão.

Assim, quando a informação é adequadamente difundida e assimilada, “produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que vive”, afirma Duarte (2009, p. 62).

O direito à informação, presente na constituição brasileira de 1988, prevê que os órgãos públicos promovam a livre divulgação de informações de interesse particular ou coletivo. Desta forma, o direito de informar publicamente deve ser garantido para que a democracia seja estabelecida. Canela e Nascimento (2009, p. 12) salientam que, além de ser um direito de todo e qualquer cidadão, “o direito à informação é um direito difuso, ou seja, que pertence à coletividade. Isso porque o acesso amplo a informações públicas resulta em ganhos para a comunidade de maneira geral.”

Assim, conhecer as informações de interesse público, que estão em poder do Estado, seja nas esferas federal, estaduais e municipais, permite o monitoramento pelos cidadãos das decisões tomadas pelos servidores públicos e pelos poderes legislativo, judiciário e executivo. A fiscalização pode ser vista como princípio básico da democracia. “O controle social mais atento dificulta o abuso de poder [...] e decisões de políticas públicas tomadas com base em informações amplas e de qualidade terão resultados mais eficientes”, salientam Canela e Nascimento (2009, p. 12).

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho

O direito à informação “é um direito que fomenta o exercício da cidadania necessário ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania e, portanto, um fator decisivo no processo de aprofundamento democrático”, aponta Gentilli (2002, p. 42). O papel desempenhado para os processos de integração das camadas sociais, pela comunicação presente na esfera pública, é crescente e hoje deriva tanto de aparatos do Estado, quanto dos veículos privados. A mediação integra as complexas sociedades contemporâneas, que já podem ser chamadas de sociedades mediatizadas. Se as modernas sociedades de massas são marcadas pela presunção e expectativa de direitos coletivos, a complexidade delas exige não só a consolidação legal e econômica das políticas públicas que viabilizam a materialização dos direitos assegurados pelas leis nos três níveis político-administrativos do Estado. O cumprimento dos direitos exige também ampla difusão das informações de interesse público e cria a necessidade de tornar claro e objetivo, o sentido do conceito de ‘direito à informação’. Assim, torna-se cada vez mais relevante o papel da comunicação de massa para a difusão das informações sobre os direitos, os instrumentos e os serviços públicos que deverão atender aos cidadãos de um país.

Nas sociedades de classe, que estão política e administrativamente estruturadas como democracias representativas, todos os direitos assegurados relacionam-se, em alguma medida, com o direito à informação, assim como “o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto.” (GENTILLI, 2002, p. 43).

No mundo ocidental contemporâneo a maioria dos países é considerada democracia plena, com liberdade de expressão e livre circulação de informações, mesmo que as crises sistêmicas do capitalismo e a mundialização neoliberal tenham induzido os governos a suprimir cada vez mais os direitos trabalhistas e a proteção social sustentada pelo Estado. O direito à livre expressão permite aos homens e mulheres se manifestem publicamente, mesmo em tempos e contextos restritivos, tanto pelos limitados canais dos meios comerciais de comunicação, em atividades públicas e massivas organizadas pelos partidos políticos, pelas organizações sindicais, intelectuais e de cidadania. Assim, tais práticas de manifestação e resistência coletiva permitem o amadurecimento político dos

participantes e intensificam a troca de conhecimentos e de informações entre os segmentos mobilizados. Os recursos e dispositivos da internet há mais de duas décadas, ajudam a impulsionar as mobilizações e embates sociais.

A liberdade de informação é formada por aspectos individuais e coletivos, pois inclui tanto o direito de informar e exteriorizar a opinião, como também de ser informado, direito que todos os cidadãos de um país democrático deveriam ter assegurado. O direito à informação é considerado princípio para o exercício da democracia e para a participação política consciente, principalmente no que diz respeito ao envolvimento da sociedade como ator social e protagonista no processo de formulação de políticas públicas, assegurando o controle social das ações e dos investimentos feitos pelos gestores públicos, sejam de carreira, ou detentores de mandato eletivo.

Neste sentido, a aprovação da Lei de Acesso a Informação (lei 12.527 de 18 de novembro de 2011) foi mais um passo para a consolidação do regime democrático brasileiro, ao possibilitar a ampliação da participação social cidadã e o fortalecimento dos instrumentos de controle da gestão pública.

2.2 Centralidade das tecnologias de informação e comunicação

De acordo com dados da SECOM (BRASIL, 2016), 58% dos brasileiros usam a internet. O percentual de pessoas que a utilizam todos os dias cresceu de 26% na *Pesquisa brasileira de mídia* de 2014, para 37%, na pesquisa divulgada em 2016. O hábito de uso da internet também é mais intenso em 2016 do que o obtido anteriormente. Os usuários das novas mídias ficam conectados em média, 4h59 por dia durante a semana, e 4h24 nos finais de semana – valores superiores aos obtidos pela audiência de televisão (média de 4h51min por dia). A escolaridade e a idade dos entrevistados foram os fatores que impulsionam a frequência e a intensidade do uso da internet no Brasil: entre os usuários com ensino superior, 72% acessam a internet todos os dias, com uma intensidade média diária de 5h41, de segunda a sexta-feira. Entre as pessoas com até a quarta série, os números caem para 5% e 3h22. 65% dos jovens na faixa de 16 a 25 se conectam todos os dias, em média 5h51 durante a semana, contra 4% e 2h53 dos usuários com 65 anos ou mais, aponta a pesquisa (BRASIL, 2016).

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho

Entre os usuários com ensino superior, 72% acessam a internet durante a semana com intensidade média diária de 5h41. O acesso em aparelhos celulares já compete com a conexão feita em computadores ou notebooks, 66% e 71%, respectivamente. E o uso de redes sociais influencia esse resultado: entre os internautas, 92% estão conectados em redes sociais, as mais utilizadas são o *Facebook* (83%), o *WhatsApp* (58%) e o *YouTube* (17%), pelos dados da SECOM (BRASIL, 2016).

Entre aqueles que não utilizam a internet, as causas apontadas foram: falta de interesse (43%), falta de habilidade com o computador (41%) – que afeta as pessoas mais velhas e menos escolarizadas –, falta de necessidade (24%) e os custos que envolvem o uso das novas mídias (14%) – fator que restringe mais os mais pobres. Já as razões apontadas para o uso da rede foram entretenimento (67%), informação (67%), passatempo (38%), estudo (24%) (BRASIL, 2016).

Quanto aos dispositivos de acesso à internet (primeiro + segundo lugares), a maioria dos entrevistados (71%) o fazem pelo computador, seguido do celular (66%). Uma pequena parcela (7%) dos pesquisados utiliza *tablets* para navegar pelo mundo digital. Embora o uso de tecnologias digitais tenha modificado os hábitos de consumo de informações – particularmente para quem tem acesso à internet em banda larga – rádio e TV ainda são a principal fonte de notícias e entretenimento da população brasileira.

Desde que a internet se tornou a segunda principal plataforma de difusão e consumo de notícias, o público brasileiro está voltado para um maior número de fontes e uma maior variedade de formas para acessar conteúdos de notícias. Há novas ferramentas e oportunidades comunicativas para grupos minoritários e para canais independentes que hoje constituem fontes autônomas de notícias para a população com acesso à internet.

Contudo, a popularização do acesso às mídias digitais, por si só, não assegura a oferta de notícias produzidas com melhor qualidade e mais veracidade. A internet também fornece aos brasileiros um conjunto de ferramentas que são importantes para o ativismo e a participação política. No entanto, a ausência de estudos detalhados e com abordagens críticas sobre a contribuição das plataformas digitais para o ativismo da sociedade civil no Brasil, faz com que seja difícil avaliar quais são os efeitos da digitalização sobre o

ativismo e a participação política entre os diversos segmentos sociais que utilizam a internet e os seus diversos dispositivos de conexão e navegação.

A digitalização dos conteúdos jornalísticos e a convergência de linguagens midiáticas transformou a internet na principal distribuidora nacional de notícias, tanto de fatos locais e regionais quanto de assuntos nacionais e internacionais. A disponibilidade e a quantidade de notícias aumentaram, mas ainda predominam nos canais noticiosos, ou mesmo nas 'redes sociais' disponíveis no ciberespaço, os conteúdos produzidos majoritariamente pelos veículos comerciais e analógicos.

Os principais sites de notícias no Brasil são controlados pelos mesmos conglomerados que antes da internet controlavam o jornalismo e a indústria nacional de comunicação de entretenimento e publicidade. Apesar de haver atualmente uma produção de conteúdo relevante feita por blogueiros, sites e portais independentes ou vinculados ao ativismo classista, partidário, religioso, artístico ou de terceiro setor, todos com numerosos seguidores, são os grandes grupos da mídia tradicional que continuam a exercer forte controle sobre a forma como a opinião popular é moldada (MIZUKAMI, 2014).

Portanto, a centralidade das tecnologias de informação e comunicação expande-se para além do aumento progressivo do acesso digital entre a população brasileira, e tem refletido acentuadamente na esfera da educação e na formação profissional de diferentes categorias de trabalhadores, sejam da produção material, ou da produção simbólica de serviços e bens culturais.

Magnoni (2001) ressalta que apesar das tecnologias de informação e de comunicação terem sido introduzidas mais tardiamente no Brasil, e que o uso delas ainda não tenha se universalizado entre todas as camadas da população brasileira, os aparatos digitais impõem mudanças graduais nos sistemas e nas concepções culturais, produtivas e educacionais, e também nos modos de organização e de relacionamento vivencial cotidiano. No entanto, são nos modos de realização do trabalho, seja material ou simbólico, que as redes informatizadas mais atuam e desestabilizam economicamente e socialmente.

A maioria dos sistemas educacionais brasileiros, mesmo expostos à constante evolução mundial dos meios de comunicação, ainda prossegue com práticas tradicionais de ensino, algumas adotadas desde a criação dos sistemas

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho nacionais de ensino na Europa, a partir da segunda metade do século XIX. Naquela época, a incorporação dos livros e textos produzidos pela cultura tipográfica representou avanço significativo para facilitar e desenvolver as práticas educativas escolares. Enquanto os sistemas escolares prezam pela tradição, os meios de comunicação são movidos pela inovação.

Bem antes do desenvolvimento da televisão e da internet, o rádio e o cinema sonoro já haviam conseguido inserir os excluídos da comunicação e da cultura escrita nos padrões contemporâneos das culturas e do consumo de massas. No Brasil, a perspectiva de educação mediada começou efetivamente em 1927 durante a reforma do ensino do Distrito Federal, com o educador escolanovista Fernando de Azevedo, secretário de educação da cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, o educador Anísio Teixeira propôs utilizar a radiodifusão e o cinema para desenvolver projetos de teleeducação. Desde então, diferentes práticas de integração das tecnologias de informação e comunicação à educação têm se destacado.

O ensino universitário crítico assume outras atribuições além das existentes na educação fundamental e básica. É preciso ter claro o papel da universidade na sociedade brasileira e visualizar objetivamente quais os pontos de possível convergência entre as áreas de Comunicação e Educação para pesquisar o desenvolvimento de uma pedagogia multimidiática como resultado de ação multidisciplinar orgânica.

Para os docentes dos sistemas educacionais brasileiros, é fundamental a inclusão regular e planejada das tecnologias de informação e comunicação nas atividades de ensino-aprendizagem, como recursos estratégicos e adequados pedagogicamente aos currículos dos vários níveis de ensino nacional. Para Magnoni (2001, p. 45), o primeiro ponto de convergência conceitual entre a educação escolar e os meios de informação e comunicação pode ser resumido no "trabalho não material"³, forma abstrata e improdutiva de realização laboral que predomina nestes dois espaços sociais. São duas áreas distintas e vitais no contexto social contemporâneo pela capacidade intensa de produção simbólica

³ Considera-se trabalho "não material" (SAVIANI, 1984, p. 32) aquele que produz produtos imateriais, como a informação, o conhecimento, ideias, imagens, relacionamentos e afetos.

de que dispõem, são fontes informativas e culturais inesgotáveis de “transformação de inteligências e de consciências.”

O trabalho não material, cuja participação social e importância econômica aumentam nos ambientes produtivos informatizados contemporâneos, é uma categoria de realização humana subjetiva e de caracterização muito ampla e difusa. Todavia, foi a progressão constante e o aumento da importância e da necessidade social de várias modalidades de trabalho abstrato – desde antes das revoluções industriais – que possibilitaram em diversos países europeus a gradual organização dos sistemas nacionais de ensino, os cursos de formação de professores, as comunidades técnico-científicas que organizaram e difundiram as ciências e a tecnologias modernas.

A expansão do conhecimento, da formação intelectual e do pensamento liberal, tanto político quanto econômico, também contribuiu para o desenvolvimento de mercados editoriais, da imprensa e de outros meios abrangentes de comunicação e informação que, no mundo ocidental, formaram a indústria cultural da contemporaneidade. Muitas categorias laborais simbólicas foram criadas no ambiente das sociedades urbano-industriais, muito antes do desenvolvimento massivo das atuais tecnologias informáticas.

Para Saviani (1984, p. 36), no trabalho educativo, a ação pedagógica adquire “materialidade” por ser realização social constituinte da condição humana emancipada, além da boa qualidade da educação escolar possuir capacidade de transformação cultural, econômica e de elevação cultural e social para os indivíduos com acesso aos sistemas públicos de ensino com padrões adequados aos modos de vida contemporâneos.

Assim, é por conta da persistência da contradição e da desigualdade entre classes sociais brasileiras que a bandeira de universalização do acesso e de melhoria da escola pública prossegue na lista de reivindicações atuais do movimento nacional dos docentes dos sistemas educacionais públicos e dos setores mais organizados da sociedade civil.

2.3 Formação de jornalistas

Desde antes das revoluções industriais, houve em diversos países europeus, e também nos Estados Unidos, o desenvolvimento gradual de editoras

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho de livros, dos primeiros veículos de imprensa, alguns até sustentados por primitivos anúncios de publicidade. Os avanços técnicos científicos que ocorreram a partir de 1850 até o início de 1900 traduziram-se nas invenções das primeiras impressoras planas e motorizadas, dos sistemas de produção de eletricidade, da lâmpada e dos motores elétricos. No campo da comunicação e da cultura também foram inventados, naquela época, a fotografia, o telefone e o telégrafo elétrico, o cinema e o rádio, cuja tecnologia permitiria também a ampliação do acesso à televisão após a Segunda Guerra Mundial.

Todos os ciclos de evolução técnico-científica foram rapidamente absorvidos pelos objetivos estratégicos dos países industrializados, cuja apropriação capitalista de tais veículos facilitou a inserção das populações nos modos urbanos de vida e trabalho, que durante o século XX sustentam em escala mundial a expansão da produção industrial e do consumo material e simbólico. Durante o século passado, as 'indústrias culturais' criaram e difundiram uma complexa cultura midiática, que se tornou quase tão abrangente e cotidiana nas sociedades contemporâneas quanto a milenar comunicação oral.

O desenvolvimento e a disseminação de meios e dispositivos para comunicação de massa também passou a requerer estruturas técnicas e econômicas e a gerar diversas atividades profissionais, que exigiam domínio de técnicas e conhecimentos sistemáticos e práticos. Assim, as demandas dos novos negócios midiáticos geraram uma variedade de funções e categorias laborais supridas pelo aprendizado prático e imediato e havia outras que demandavam a absorção de profissionais com formação mais sistemática e refinada, que só poderiam ser derivadas da educação escolar.

Advogados, pedagogos, artistas gráficos e dramáticos, fotógrafos e produtores fotográficos, músicos, redatores e repórteres, revisores, cinegrafistas, editores de áudio e vídeo, publicitários, vendedores, cenógrafos, figurinistas e iluminadores, telegrafistas, mecânicos e operadores de máquinas gráficas, engenheiros de transmissão e operação técnicas, técnicos em equipamentos. São mais de três centenas de funções profissionais que surgiram no bojo das atividades comerciais durante o desenvolvimento dos meios modernos de comunicação de massa, entre o início do século XIX, até o surgimento da internet, em meados da década de 1990.

Magnoni (2001) considera que o conflito entre a comunicação midiática e a educação foi estabelecido a partir das revoluções industriais. Para o autor, tal embate não tem sido reconhecido e evidenciado publicamente, apesar de persistir nos dois espaços públicos de atuação cultural e política. A cisma entre dois ambientes profissionais modernos pertencentes à mesma categoria de trabalhadores simbólicos e formadores culturais, os comunicadores e os professores, que realizam trabalhos imateriais da mesma natureza e com objetivos bastante comuns.

Então, qual a origem lógica do distanciamento e até do antagonismo entre a e a educação e a comunicação de massa, informativa, educativa e de entretenimento? Assim questiona o referido autor:

Tardy (1976) é demolidor ao criticar a rejeição dos professores aos meios de comunicação: "A pedagogia é uma máquina de dizer não e caminha sempre em círculos. Os intelectuais acadêmicos ainda consideram o território das imagens um campo depreciativo. A pedagogia tradicional é mental e verbal". Aliás, o mundo real está tão mediatizado que nem é preciso que os professores deixem o espaço escolar ou de suas casas para travarem contato com o mundo da comunicação. Morin (1962) advoga que "é preciso conhecer este mundo, sem nos sentirmos estranhos nele. É preciso flunar pelas grandes avenidas da cultura de massa". Flunar por grandes avenidas da comunicação analógica já é uma proposta ultrapassada. O distanciamento entre as duas áreas é, sobretudo, conceitual, epistemológico, metodológico e também político. (MAGNONI, 2001, p. 209-210).

Assim, persiste um dissenso entre duas áreas profissionais e culturais, que são tão decisivas para a configuração contemporânea da formação individual e profissional, e também das noções de sociabilidade e de existência coletiva. É possível entender e explicar algumas das dificuldades que os pesquisadores, professores, coordenadores de cursos e também os estudantes de Jornalismo e de outros cursos de formação superior pertencentes à grande área de comunicação enfrentam no atual momento histórico, que sobrepõe à digitalização e automatização dos antigos meios analógicos a crise econômica dos negócios dos grandes conglomerados midiáticos e resulta na extinção de postos de trabalho e na redução de estruturas produtivas e até mesmo o fechamento de tradicionais empresas midiáticas.

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho

A resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior foi publicada no Diário Oficial da União instituindo as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, com uma concepção curricular que padroniza em diversos aspectos os projetos políticos pedagógicos dos mais de 500 cursos de Jornalismo em todo o país. As novas diretrizes delimitam o campo de formação conceitual e profissional específica ao retirar definitivamente o Jornalismo da condição de subárea da Comunicação Social e nominar o profissional formado como bacharel em Jornalismo. Entre os aspectos fundamentais dos novos currículos estão a interdisciplinaridade, a integração entre teoria e prática e a adoção obrigatória do estágio supervisionado de 200 horas.

Além da inclusão do estágio, a carga horária dos cursos também aumentou de 2.700 horas para 3.000 horas. Nas diretrizes aprovadas, a inclusão do estágio obrigatório talvez se constitua com o maior desafio para as coordenações pedagógicas. Elas enfatizam também a importância da utilização das tecnologias e destacam os desafios atuais para os comunicadores não só no Brasil, mas em todo o mundo.

As novas diretrizes são derivadas de um diagnóstico nacional dos cursos, que identificou diversos tipos de exaustão do modelo acadêmico para a formação de jornalistas e propõe a sua revisão, decisão consensual que foi incorporada pela norma do Conselho Nacional de Educação:

Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em Jornalismo deve: I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade; II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade; III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular; IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional; V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais; VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia. (BRASIL, 2013, p. 2).

Os novos cursos estão no cenário de crise instalada desde o início da transição analógico-digital e que acentuou ainda mais a precarização das relações de trabalho no mercado de comunicação e fez crescer a pressão patronal pela desregulamentação profissional – como ocorreu com os jornalistas e tem se repetido com as novas funções e categorias laborais surgidas nos ambientes produtivos digitalizados. Persiste o achatamento dos salários enquanto se acentua o esvaziamento dos espaços produtivos com o crescimento dos trabalhadores temporários e também do ‘teletrabalho’. A organização e o poder de mobilização das diversas categorias de profissionais decresceram e houve enfraquecimento dos sindicatos das áreas de comunicação.

Neste sentido, é necessário refletir sobre os efeitos no mercado de trabalho dos jornalistas, da multiplicação de comunidades virtuais e de espaços multilaterais de comunicação na internet. Com o crescimento gradual dos novos recursos, dispositivos e canais do ciberespaço, os meios tradicionais de comunicação vão perdendo a condição de fontes exclusivas de seleção, captação, edição e divulgação de informações, que além de tudo, eram divulgadas de forma unilateral. Assim, nos incontáveis ambientes virtuais, nas redes sociais e aplicativos da internet, se multiplicam o ativismo individual e coletivo que estimulam a convivência social binária e o autodidatismo comunicativo e interpretativo de todos os tipos de informação.

O novo perfil do profissional formado em Jornalismo está bem definido no artigo 5, e deve ser interpretado como a principal referência da direção que todo o projeto pedagógico e a grade curricular devem seguir:

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social. (BRASIL, 2013, p. 2).

Em função da necessidade de reativagem do campo e natureza social da comunicação jornalística no âmbito da formação em graduação e pós-graduação,

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho destaca-se a necessidade de adoção de conceitos e de tecnologias contemporâneas para a formação profissional com ênfase na cultura de convergência e na apropriação social das plataformas do ciberespaço.

2.4 O caso da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Bauru)

O projeto político-pedagógico vigente no curso de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Bauru) está em vigor desde 2004, em uma realidade em que o acesso à internet, por exemplo, era ainda incipiente, contexto em que apenas 12% dos domicílios brasileiros tinham acesso à rede (MIZUKAMI et al, 2014).

De acordo com o documento:

Prioriza-se, na Habilitação em Jornalismo, o ensino do jornalismo de interesse público, ao mesmo tempo em que reconhece as condições de produção atuais, pautadas pela ética instrumental e por interesses econômicos. Sendo assim, os conteúdos teóricos e teórico-práticos das disciplinas oferecidas convergem para a formação de jornalistas capazes de intervir na qualidade dos 16 produtos jornalísticos, com capacidade crítica para analisar os noticiários e argumentação para defender, nas reuniões de pauta, coberturas que permitam ao público estabelecer relações entre os fatos e os antecedentes históricos que os antecederam. (FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 2007, p. 15).

É evidente que o perfil dos alunos de Jornalismo em 2007 difere-se do perfil do aluno em 2017. Entre as habilidades requeridas ao profissional jornalista em 2007 destacam-se: a) competência para fazer análises críticas dos fenômenos da atualidade brasileira, reconhecendo suas origens históricas e analisando as fases da evolução dos contextos nacional e internacional, inseridos no processo de globalização; b) capacidade para articular linguagens para interpretação e reinterpretação do fato jornalístico nos processos multimidiáticos; c) conhecimento para discutir as diferentes visões sobre o papel do jornalismo na sociedade; d) conhecimento para analisar o papel social da comunicação como elemento formador da cidadania e da identidade cultural; e) fundamentação para reconhecer os aspectos tecno-sociais e políticos que norteiam o fluxo da

informação, identificando o papel dos meios de comunicação nos países em desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES

Pesquisadores, professores e alunos dos cursos de Jornalismo estão preocupados e empenhados em discutir a pertinência, a atualidade, as funções e papéis estratégicos e a demanda social e mercadológica que os veículos e as funções profissionais conservam em tempos de digitalização e convergência radical. Afinal, é decisivo para cada área e função laboral regulamentada por legislação federal e legitimada pela educação conseguir realizar avaliações rigorosas do atual estado profissional e de seus requisitos de formação nos aspectos conceituais, culturais, técnicos, políticos e profissionais, e também sociais.

Espera-se que as universidades sejam parte estratégica do sistema de educação, de pesquisa e de interpretação das novas realidades, a fim de produzir conhecimentos inovadores e formar os novos profissionais no mundo informacional em constante transformação, representada, por exemplo, pela contínua convergência de tecnologias, conteúdos, linguagens e novos hábitos culturais propiciadas pelas diversas plataformas e meios digitais de comunicação.

Só com a aquisição de base razoável de conhecimento conceitual abrangente e crítico, de domínio tecnológico atualizado, um professor poderá discernir que referencial teórico e que ferramenta tecnológica é mais acessível à realidade de suas atividades de ensino-aprendizagem e que estejam compatíveis com a necessidade de formação contemporânea dos alunos, inclusive a fim de abordar a formação crítica e humanística dos estudantes de jornalismo. 

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em:

Jornalismo, educação superior e práticas profissionais:

a formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho

<<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>.

Acesso em: 21 ago. 2017.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Orgs.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília: Andi, 2009.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública**: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoinformacao.pdf>>.

Acesso em: 22 jul. 2017.

DIRETRIZES curriculares nacionais para o curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2017.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Juventude conectada**. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Juventude-Conectada-2016.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

GENTILLI, Vitor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 9, n. 19, p. 36-48, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3184/2451>>.

Acesso em: 23 mai. 2018.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modo de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAGNONI, Antônio Francisco. **Primeiras aproximações sobre pedagogia dos multimeios para o ensino superior**. 2001, 412 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2001.

MIZUKAMI, Pedro; REIA, Jhessica; VARON, Joana. **Mapeamento da mídia digital no Brasil**. Rio de Janeiro: Open Society Foundations, 2014. Disponível em: <<http://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/mapping-digital-media-brazil-por-20141201.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2018.

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Projeto pedagógico curso de Comunicação Social**: habilitações em Relações Públicas, Jornalismo e Radialismo. Renovação e reconhecimento. Bauru, 2007. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/#!/departamentos/comunicacao-social/projeto-politico-pedagogico-ppp/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ROGERS, Everett M.; MALHOTRA, Sheena. Computers as communication: the rise of digital democracy. In: HACKER, Kenneth L.; DIJK, Jan van. **Digital democracy: issues of theory and practice**. London: Sage Publications, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira. **Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 9-13, jan./dez. 1984.

TARDY, Michael. **O professor e as imagens**. São Paulo: Cultrix, 1976.